



ATA

Sessão Extraordinária de Dezembro – 11DEZ2023

N.º 25/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 11 de dezembro de 2023 (segunda-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas) Saraiva Januário.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Daniela Ribeiro Alegria.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos.

Presidentes de Junta de Freguesia: Carlos António das Neves Rocha (Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré) substituído por José António Falcão Ribeiro Arvins (Secretário do Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré).

Ordem do Dia

Ponto 1. **"Designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ de Ílhavo, para o triénio 2023-2026"**. Ato deliberativo: eleição.

Ponto 2. **2.ª proposta de alteração do regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. **Proposta de Adjudicação e aprovação de minuta de contrato de "Aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação Legal de Contas"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 4. **Proposta de autorização de despesa plurianual para "Prestação de Serviços de Seguros 2024/2025"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. **3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2023**. Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 6. **Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços**. Ato deliberativo: conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (05':22")

«Meus Senhores, peço que tomem os vossos lugares para darmos início aos trabalhos. Muito bem.

Boa noite a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Boa noite ao Executivo. Boa noite ao público aqui presente e a todos os que nos seguem em casa
Vamos dar então início à sessão extraordinária de dezembro de 2023. E começo por pedir à nossa Segunda Secretária, que faça a respetiva chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (06':07")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ de Ílhavo, para o triénio 2023-2026".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':17")

«Muito obrigado. Dado tratar-se de uma sessão extraordinária, conforme estipulado por lei e pelo Regimento, não haverá nem aprovação de atas, nem referência ao expediente, nem intervenção do público, nem período antes da ordem do dia.

No entanto, e como uma medida de exceção, gostaria de partilhar convosco que hoje recebemos uma comunicação da Associação Nacional das Assembleias Municipais, dando nota do seguinte: “Caro, Presidente da Assembleia Municipal. No âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2024, foi apresentada, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a proposta de Lei n.º 109/15/Gov, que viria a ser aprovada, no passado dia 28/11/2023, na Assembleia da República, a alteração do artigo 10.º, n.º 1, da Lei 29/87, de 30 de junho, com a seguinte redação. *Artigo 10.º, ponto 1 - Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião das sessões ordinárias ao extraordinárias do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem*, alteração que teve a votação a favor dos partidos PS, PSD e PAN e a abstenção do Chega, Iniciativa Liberal, PCP e Bloco de Esquerda. Terão impacto significativo na organização das assembleias municipais, apagando o despacho ‘Junqueiro de 2010’, que era extraordinariamente limitador da democracia municipal, assina o Presidente da ANAM, Professor Albino Pinto de Almeida”.

Muito bem. Vamos então entrar no período da ordem do dia e vamos começar pelo ponto 1. “Designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ Ílhavo para o triénio 2023, 2026”.

Dado que a designação dos dois cidadãos é nominal e personificada, vamos ter que realizar dois processos eleitorais, por voto secreto. Assim, pergunto se existe algum grupo municipal que tenha alguma proposta a apresentar. Há uma proposta do Partido Social Democrata e temos uma proposta do ‘Unir’. Existe mais alguma proposta? Muito bem.

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (11':07")

«No âmbito do previsto na alínea e), do artigo 17.º, da Lei 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 142/2015, de 8 de setembro, propõe-se a designação de Carolina Ramos Soares para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo para o triénio 2023-2026, atenta à sua formação, conhecimento e capacidades para entrevir na área das crianças e jovens em perigo. O Partido Social Democrata. Passará a ser a Proposta A.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (11':07")

«No âmbito do ponto 1 da ordem do dia, da Assembleia Municipal de Ílhavo, reunida em sessão extraordinária de 11 de dezembro de 2023, que determina a designação de 2 cidadãos eleitores para a CPCJ Ílhavo, o Movimento 'Unir Para Fazer' propõe que seja designada a senhora Maria José Sá Moniz, residente Freguesia de São Salvador e psicóloga de profissão. Esta será a proposta B.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (12':23")

«Muito bem. Temos então duas propostas. Vão ser votadas em separado. Creio que todos já são portadores de 2 boletins de voto.

Peço à Segunda Secretária que faça a chamada e à medida que for fazendo a chamada...

Ok, querem fazer uma apresentação? Muito bem. Sara, por favor.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD: (13':49")

«Ora viva. Boa noite a todos. Primeiramente, cumprimentar a Mesa cá presente, caríssimo Presidente, caríssimos membros da Mesa. Cumprimentar o Executivo. Cumprimentar todos os Membros aqui presente. E público e também quem nos assiste e acompanha lá de casa. Hoje estamos aqui para designar dois cidadãos eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da CPCJ, onde o PSD apresenta como proposta a mestre Carolina Ramos Soares.

A Carolina tem 27 anos, é licenciada em educação social pela Escola Superior de Educação do Porto e mestre em Gerontologia Aplicada, pela Universidade de Aveiro, onde, no âmbito da sua dissertação, desenvolveu um projeto de investigação sobre as estratégias municipais para o envelhecimento ativo em Portugal. Aliás, apresentou o seu projeto no 1.º Congresso Internacional de Gerontologia sobre o mote "Década do Envelhecimento Saudável, contributos da Gerontologia para a mudança", tendo sido, inclusive, na sequência deste projeto, publicado um artigo científico, em janeiro de 2023, em conjunto com o Professor Doutor Gonçalo Santinha e a Doutora Teresa Forte.

A mestre Carolina integrou também a equipa no projeto "Integración segunda", financiado pelo programa *Interreg Espanha Portugal*, assumindo conseqüentemente funções de investigadora no Centro de Investigação e Tecnologias e Serviços de Saúde da Universidade de Aveiro. Gostaria também de destacar que esteve envolvida na elaboração de uma biblioteca de métricas de avaliação e tecnologias assistidas para pessoas mais velhas e/ou com deficiência, assim como na dinamização da sessão de formação no âmbito de uma *Summer School* em Valladolid, em Espanha, sobre este tema, onde foi reconhecida internacionalmente no âmbito dos benefícios e impactos que as soluções tecnológicas de assistência têm na vida das pessoas.

A Carolina detém também formação no âmbito dos direitos humanos, empreendedorismo e é formadora. Diversas vezes foi convidada a falar sobre o seu percurso académico e profissional no mestrado de Gerontologia Aplicada, na Universidade de Aveiro.

Por exemplo, ainda hoje mesmo, conversou com uma turma do curso técnico superior profissional de intervenção social, no Instituto Politécnico de Leiria. Desde cedo esteve envolvida em diversas ações de voluntariado e, atualmente, é mentora no programa de capacitação digital para adultos, no Instituto Português do Desporto e Juventude, e também associada da Associação Portuguesa Charcot-Marie-Tooth, enquanto Secretária do Conselho Fiscal, e também fazendo parte de uma equipa em que apoia e encaminha famílias com patologias neste âmbito e de forma a terem apoio social e jurídico.

Atualmente a mestre Carolina Soares trabalha, enquanto freelancer, como educadora social, constitui grupos de intervenções para pessoas mais velhas em clínicas de fisioterapia na região e leciona atividades extracurriculares no grupamento de Escolas de Aveiro para crianças do 1.º ciclo.

Posto tudo isto que expus a vós, o PSD considera que a mestre Carolina tem um comportamento social, ética, integridade, sensibilidade, formação e conhecimento técnico, sendo uma pessoa claramente inovadora, empreendedora e tem um perfil adequado para integrar a CCJ de forma a promover, adequadamente, os direitos das crianças e dos jovens em situações em que a sua segurança, saúde, formação ou desenvolvimento sejam postos em causa.

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (17':52")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

Eu só chamava a atenção para o seguinte, aliás, já o fiz, informalmente, junto da Mesa da A Assembleia. E, agora, tentando ser o mais claro possível, o mais pragmático possível.

A Assembleia Municipal tem o direito de indicar um determinado número de Membros à CPCJ que pertençam à Comissão de Proteção de Menores em risco, menores e jovens em risco, CPCJ.

Ora bem, portanto, a Assembleia Municipal tem 4 lugares para preencher na CPCJ e o preenchimento desses lugares é por eleição. Penso que já houve acordos no passado entre os partidos para elaborar uma lista única que era votada. Não havendo esse acordo e havendo mais do que uma lista que é apresentada a sufrágio, são votadas as listas concorrentes e, portanto, depois aplica-se o método de Hondt e, por aplicação do método de Hondt são eleitos os 4 que são que são indicados pela Assembleia.

Neste caso temos duas vagas para preencher. O princípio é o mesmo da indicação de 4. Só que, neste momento, há 2 vagas para preencher. Portanto, se há 2 vagas para preencher, tem que haver uma lista, ou 2 ou 3, as que forem, com o número de candidatos que corresponda às vagas que estão para preencher e é feita a votação.

Porque senão, imaginem agora que eram 2 votações. Então, havia, agora, 2 listas - há 2 listas na Mesa, há 2 listas para o ponto 1 - pois, se calhar, estão, estão mal propostas porque nós, depois, temos 2 listas a sufrágio para serem eleitas. Imaginemos que se fazia uma votação de cada vez. Isto é só para se clarificar, é uma questão muito prática. Imaginemos que o PS, que não tem lista, votava em branco, e o PSD votava, o 'Unir' votava, e ganhava o PSD. Na segunda eleição, o PSD voltava a apresentar uma lista e o 'Unir' voltava a apresentar outra lista. O PS votava em branco, o PSD votava a favor no seu candidato, e o 'Unir' no seu, e elegia 2. Portanto, isto deturpa completamente aquilo... a eleição é uma só, com listas que possam preencher esses lugares.

Eu penso que fui claro e penso, portanto, que tem que ter 2 candidatos e é só uma votação e depois aplica-se o método de Hondt. Eu penso que é assim é que está correto. Portanto, é só essa chamada de atenção que faço à Mesa e a Mesa delibera e decide conforme entenda. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21:07")

«Ora essa. A Mesa é que agradece.

Neste caso temos 2 pessoas apenas, não é? E, portanto, então será a proposta A que terá os 2 nomes.

Muito bem, então a nossa Segunda Secretária vai fazer a chamada e à medida que os vossos nomes forem chamados votam.».

2.ª Secretária da Mesa, Irene Ribau: (22:11")

(chamada dos presentes para o exercício de voto, ordenados do grupo Municipal do Chega para o Grupo Municipal do PSD e Mesa da Assembleia).

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (25:20")

«Contados os votos, a proposta teve 25 votos a favor, tendo sido, então, designados, por unanimidade, Carolina Ramos Soares e Maria José Sá Moniz.

A Assembleia Municipal faz votos de um bom trabalho para estes 2 novos elementos da CPCJ, hoje, aqui, designados.»

Ponto 2. 2.ª proposta de alteração do regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (25:52")

«Vamos passar ao ponto 2, "Segunda proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo".

Este foi um processo que teve como proposta de base um documento apresentado pela Mesa, que foi depois discutido em sede de Comissão de Líderes. A proposta de deliberação, que acompanha a proposta de alteração do Regimento, parece-nos clara.

Apenas dar uma nota que suscita, ou suscitou, alguma dúvida. Não é pelo facto de estarmos a meio do mandato que esse fator é por si só impeditivo de se proceder a alterações regimentais, havendo essa necessidade sentida pelas várias situações que foram decorrendo ao longo destes primeiros dois anos, vindas do plenário ou do próprio Executivo Municipal.

Estando em causa ainda as dinâmicas que a própria Mesa e Assembleia têm vindo a implementar, este era o momento ideal para o fazermos. Depois desta data é que já não faria sentido, dado o tempo que restaria para o final do mandato.

Assim, passo a questionar quem deseja intervir. Começa no Chega, depois o PS, depois o 'Unir Para Fazer' e, por fim, o PSD.

O Chega inscreve-se? Prescinde. Do PS? Não. Do 'Unir Para Fazer'? Pedro Cristo. Do PSD? Flor Agostinho. Muito bem, Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (27':30")

«Boa noite, Senhor Presidente da Mesa e restantes membros. Boa noite a todos os senhores Vereadores do Executivo, Senhor Presidente. Boa noite a todos os colegas aqui presentes. Ao público e todos aqueles que assistem lá em casa

Incumbiu-me o Movimento Independente 'Unir Para Fazer' de o representar na negociação para a melhoria do Regimento da AMI. Para preparar este trabalho, foi-nos remetido pela Mesa um Regimento elaborado suportado pelos exemplos dos regimentos das Assembleias Municipais de Coimbra, Rio Maior, Ribeira de Pena Peniche, Albufeira, Sever do Vouga, Oliveira do Bairro, Loures, Sintra, Vizela, Ferreira do Zêzere, Valongo, Odivelas, Felgueiras, Sesimbra, Portimão, etc., sobre o qual teríamos de analisar ponto por ponto e tomar uma decisão. Não estávamos perante uma melhoria do nosso Regimento, mas sim perante um novo Regimento. Tive a oportunidade de transmitir ao Senhor Presidente da Mesa, logo na primeira reunião, no dia 26 de outubro, que o UPF pretendia limar algumas deficiências do Regimento atual e que não estava a contar com esta alteração radical. No entanto, isso não impediu que fosse trabalhada a proposta enviada para os elementos do UPF, tendo-me apresentado na reunião devidamente preparado, com dúvidas, sugestões e alertas de incorreções.

Depois da reunião de 26, agendámos logo para o dia 30 a continuação dos trabalhos. Os mesmos decorreram numa discussão democrática, apesar de, em vários pontos, não termos conseguido o consenso.

No dia 3 de novembro foi-nos remetida uma versão pré final, isto é, um draft do Regimento que tinha resultado da discussão entre os representantes de cada bancada, pedindo-se comentários até ao dia 8. Em nome do UPF, no dia 8, remeto um texto, em e-mail, onde dou o meu contributo para que sejam efetuadas correções para aquilo que ficou decidido, propostas de alterações em artigos e, até, sugestões. Surpreendentemente, 20 horas depois, recebemos resposta da Mesa ao meu e-mail com aceitação de alguns pontos que coloquei à consideração e com a recusa de outros. Nesse momento, o meu sentimento foi de desânimo, pois estava fortemente empenhado na construção de um Regimento que resultasse na negociação com os representantes dos partidos políticos, quando essa foi cortada.

No dia 13, com mais algum tempo de reflexão, remeti ao Senhor Presidente a seguinte missiva: "Boa noite, Senhor Presidente. Registamos e agradecemos a vossa resposta que muito nos surpreendeu nos termos em que está redigida, uma vez que julgamos competir à Mesa gerir os trabalhos e sistematizar as propostas, cabendo aos líderes municipais, ou seus representantes, a aceitação ou recusa das diferentes propostas de alteração. Não obstante os esforços na melhoria da proposta da Mesa, continuamos a considerar que a mesma não representa uma evolução face ao Regimento atual, razão pela qual não nos parece existirem ainda condições para discutir a mesma em Plenário. Cumprimentos, Pedro Cristo, UPF". Apesar de me ter sido enviada a resposta, que não é concordante com a minha posição, mas que completamente respeito, não gostaria também de evidenciar o seguinte. Não existiu da parte dos outros grupos municipais qualquer ação em face dos contributos do UPF? A concordância ou mesmo discordância. Não existiu da parte dos outros grupos municipais qualquer reação quando a Mesa assume o papel de fechar o processo negocial.

Pessoalmente, eu peço desculpa à bancada do UPF por não ter conseguido o melhor resultado no trabalho que me delegaram. Todo este processo que descrevi encontra-se devidamente suportado na troca de e-mails, dos quais os representantes dos partidos tiveram devido conhecimento, pois também os receberam.

Para concluir, Senhor Presidente Dr. Paulo Pinto, Senhor Primeiro Secretário, Dr. Pedro Tróia, Senhora Segunda Secretária, Professora Irene Ribau, lanço vos aqui um desafio. Se querem um melhor Regimento, vamos voltar à mesa de negociações e retirem esta proposta que está a debate. A democracia agradece. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':04")

«Bem, isto foi um trabalho árduo. A Mesa quis ouvir, desde a primeira hora, os diversos grupos municipais e os diversos grupos municipais tiveram total liberdade de participar. Acreditamos que esta é a melhor proposta e, como tal, a Mesa não a vai retirar.

Muito bem. Vou abrir, então, agora as inscrições para uma segunda intervenção. Ah, não. O Flor Agostinho inscreveu-se. Então já respondi ao Pedro Cristo. Flor Agostinho, por favor.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (32':47")

«Bem, o Pedro já disse muita coisa. Enfim, já falou sobre o procedimento que foi utilizado na revisão do nosso Regimento, como se procedeu. Efetivamente, vinha aqui desde já para agradecer o trabalho exaustivo que foi feito pela Mesa, e, também, na pessoa do Miguel Araújo, nosso colaborador, pela pesquisa que fizeram, pela sistematização, pela organização de todo um articulado de um texto que foi proposto para ser analisado pelos vários líderes presentes nestas reuniões.

E que também me devia congratular com a intervenção dos líderes nestas mesmas reuniões, uma vez que houve, aqui, um espírito democrático de colaboração, de análise, houve uma intervenção crítica... designadamente, esteve presente o Pedro Martins, o Pedro Cristo, o Sérgio e eu próprio, que durante todas as reuniões pudemos esclarecer posições, emendar textos, criticar, comentar, alterar, retificar e sugerir propostas.

No final da última reunião, para mim, ficou pacífico que tínhamos acertado o texto. Ou seja, há, aqui, um ou dois pontos que o Pedro Cristo não quis esclarecer, mas podia esclarecê-los, que, efetivamente, ficaram, quer dizer, não foram da satisfação ou do agrado do Pedro Cristo. No entanto, todos os outros elementos não concordaram com a introdução dos pontos. Eu devo-vos dizer que fiquei muito agradado com o teor do novo texto. O texto tem menos jurídico e tem mais pormenor, tem mais sistematização, tem muito mais fundamentação das situações, contempla quase todos os casos que nós aqui vivenciámos ao longo dos últimos dois anos, e que causaram alguns constrangimentos. E adianta duas novidades, como todos sabemos que, para nós, é o tal espírito democrático que se pretende que é estar perto dos cidadãos e que o Movimento também defendeu aquando da sua candidatura.

Quando nós propomos reuniões, para além das reuniões normais, isto é, chamar a população a participar, a estar presente, a discutir e, enfim, também a fazer propostas. Eu penso que isto é importante e enriquecedor para a democracia. O Movimento penso que não entendeu assim, apesar de defender no seu programa. Nós entendemos que deve haver mais abertura. Nós estamos cada vez mais a ser confrontados com a falta de participação dos munícipes e eu só vejo uma forma de os cativar e de os chamar, é promover reuniões, promover diálogo, promover a participação. Caso contrário, não vamos lá.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (35':49")

«Bem, eu antecipei-me e já respondi ao Pedro Cristo. Relativamente à intervenção do Flor Agostinho, agradeço as palavras.

Abro, agora, uma segunda ronda de intervenções. PS? Pedro Martins. 'Unir'? José Pinto Reis. PSD? Margarida e Flor Agostinho. E vamos então começar pelo Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (36':28")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu não fazia questão de intervir neste ponto. Primeiro de tudo porque esta proposta a apresentada pela Mesa, a proposta é da Mesa, portanto, foi antecedida de um trabalho levado a cabo por todos os grupos, e o Chega também incluído, claro, nesse aspeto, por todos os grupos da Assembleia Municipal. Portanto, houve, efetivamente, uma oportunidade de debater, de trocar impressões, de trabalhar a proposta, de melhorar aquela proposta inicial que tinha sido apresentada pela Mesa. Portanto, houve a oportunidade de todos os grupos da Assembleia Municipal de levarem a cabo esse trabalho. Portanto, não foi por falta de disponibilidade da Mesa, que agradecemos, nem foi por falta de disponibilidade de todos aqueles que participaram nas reuniões. E, portanto, o ideal seria que o documento trazido à votação, aqui, na Assembleia Municipal fosse um documento efetivamente fechado e que mereça o consenso geral da Assembleia. Até porque, como eu digo repetidas vezes, o Regimento é apenas um instrumento que visa regular, que visa, digamos, permitir que a democracia se desenvolva, que o debate se desenvolva e que dê alguma ordem a esta atividade de debater a causa pública. É só isso, é um instrumento, não é um fim em si. Portanto, estar aqui a discutir isto. Isto podia ter sido discutido totalmente nessas reuniões de trabalho que foram mantidas com os Grupos e com a Mesa.

É evidente que nestes processos, tratando-se de todos nós, autarcas, membros da Assembleia que não somos profissionais disto, não temos total disponibilidade para participar

nestas coisas, é evidente que pode sempre escapar alguma coisa, pode haver algum aspeto que não tenha sido atempadamente melhorado, corrigido e que não tenha sido prestada atenção a determinadas coisas. É nesse sentido que eu leio o e-mail que o Pedro Cristo enviou à Mesa com conhecimento a todos nós. Pronto, há alguma coisa que escapou, alguma coisa que faltou deliberar, alguma coisa que não respeitou o espírito da proposta e do resultado das reuniões. Eu compreendo e temos que aceitar plenamente que haja diferentes interpretações quando se trata de elaborar um documento, mais a mais um Regimento.

Mas eu gostava de sublinhar este aspeto. Eu não acho que esta última proposta fechada, que foi trazida para deliberação, aqui, à Assembleia Municipal, fira, adultere aquele que foi o espírito dos participantes neste trabalho. Não creio que haja aqui uma violação do espírito do documento, daquilo que se pretendeu com o documento. Portanto, não creio que haja motivo absolutamente nenhum, mesmo que não seja o Regimento de A, B ou C, mas que seja o Regimento fruto de um debate que gera um mínimo de unanimidade, porque a unanimidade, enfim, é uma coisa, na maior parte das vezes, difícil de alcançar.

Acho que o Regimento não justificava aqui discordâncias e votos a favor e votos contra, mas, enfim, cada um é livre de votar conforme entende. Mas acho que, efetivamente, esta proposta respeita o espírito do trabalho que foi levado a cabo e, portanto, não vejo ali nada de especial. Gostava, de qualquer forma, de chamar a atenção para dois ou três aspetos. Primeiro, a proposta inicial da Mesa, discorde-se ou não, atenção, discorde se ou não, cada um pode ter a sua opinião própria sobre a proposta que a Mesa apresentou - eu próprio tenho a minha opinião sobre a proposta apresentada pela Mesa - mas acho que não ganhamos nada em opinarmos, ou apreciarmos valorativamente, qual é a intenção de apresentar uma proposta com determinadas características, enfim, acho que, neste momento, não ganhamos nada com isso. Portanto, eu tenho apenas a sublinhar esse aspeto. A proposta apresentada pela Mesa foi apresentada de boa fé, há trabalho na proposta, também tenho que reconhecer - trabalho feito, quando fomos à primeira reunião, esse trabalho já estava desenvolvido, já havia, ali, uma proposta, um documento de trabalho - portanto, há ali trabalho feito, concorde-se, ou não, com alguns aspetos há ali trabalho feito, mas também é verdade que notei sempre, da parte da Mesa, disponibilidade para discutir ponto a ponto, e efetivamente houve alterações à proposta inicial. E o Pedro Cristo não pode negar esse aspeto, assim como Flor Agostinho e o Sérgio. Portanto, houve abertura total da Mesa para melhorar o documento e mesmo algumas questões que a Mesa entendia que iriam, digamos que iriam melhorar o funcionamento da Assembleia, enfim, que entendia que era a melhor forma de conduzir a Assembleia, a distribuição dos tempos, o tipo de intervenções, o modo das intervenções... aliás, tinha havido uma terceira intervenção, proposta inicialmente, que acabou por cair. Bom, houve abertura total para corrigir e foi corrigido. Nós temos neste momento, no fim do processo, nós temos uma proposta melhor do que aquela que nos foi apresentada inicialmente. Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma disso. Uma proposta melhor do que aquela que foi apresentada inicialmente pela Mesa e a Mesa até reconhece isso, porque eu também digo com total abertura, disponibilidade, humildade, até para aceitar as propostas que, entretanto, fomos fazendo. Portanto, não creio que haja aqui nada, sinceramente, que justifique, mas enfim, eu não estou agora aqui a intervir para a alterar o sentido de voto de alguém, porque já percebemos que, ao pretender que a proposta saia da Assembleia, portanto, é claro, não há um apoio a esta proposta. Mas é como digo, não vejo que haja, ali nada que justifique isso. A proposta é uma boa proposta, depois de todo este trabalho que foi feito. Resumidamente é isto, era este aspeto que eu gostava de sublinhar. Portanto, a discussão melhorou a proposta, as reuniões de trabalho foram frutíferas, foram, não notei que houvesse alguma... muito pelo contrário, eu até notei da parte do Presidente da Assembleia Municipal, e da Mesa em geral, muita abertura para corrigirmos. Corrigimos.

É só isso que eu gostava de sublinhar e não vale a pena, creio eu, entrar em mais outros aspetos. Portanto, o PS vai votar a favor desta proposta. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (43':54")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta Mesa. Ao Executivo. Todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tenho uma intervenção tão bem preparada como o Pedro Cristo, uma vez que esperava que esta proposta fosse retirada.

Iniciámos este processo de revisão regimental no passado mês de junho, com a intenção de clarificar algumas das situações que, embora estando legalmente previstas, não estavam explícitas ou que podiam suscitar algumas dúvidas. Ainda, pela intenção de tornar as assembleias municipais mais dinâmicas e menos longas, Pela necessidade de acautelar o cumprimento do RGPD, a que se juntou, mais recentemente, a vontade da Mesa de alterar

os procedimentos na convocatória ou mesmo a data, o dia e a hora da sua realização, como foi proposto pelo Executivo municipal.

Esta proposta, feita em conferência de líderes, mereceu a aprovação de todos os líderes e sem qualquer reparo, tendo ficado definido, nessa reunião, qual seria a metodologia a adotar. Uma dessas metodologias, um desses princípios, foi que as propostas teriam que ser entregues até setembro. Coisa que nós não fizemos, mas também mais nenhum grupo municipal o fez. Nós, por uma interpretação incorreta, fizemos chegar a nossa proposta já fora do prazo, mas que, depois, foi considerada na discussão. E por isso agradecemos essa compreensão da parte de todos.

Recebemos uma proposta elaborada pela Mesa. Uma proposta que não vem, não é originária nos deputados municipais, mas sim na mesa e no Núcleo de Apoio. E isto quer dizer ou que nós não sentimos a necessidade de fazer essas alterações, ou não tivemos o engenho e a arte de o fazer. E todos estamos incluídos nesta situação.

Em relação a esta proposta concreta, que hoje estamos, aqui, a trabalhar, há que pensar naquilo que foram os objetivos iniciais que acabei de enumerar, aquilo que foi, que é esta proposta em si e aquilo que era a nossa intenção, do Movimento, quais seriam os pontos que acharíamos que deveriam ser considerados. Esta proposta não cumpre com nenhum dos objetivos que falei. Não torna as assembleias mais curtas, mais expeditas, mais céleres, porque mantém, na prática, as mesmas grelhas de tempo. Não explicita quando é que há direito a senhas de presença ou não senhas de presença, que era umas das dúvidas que poderia existir. Nós, da nossa parte, nós propusemos que as Assembleias Municipais Evocativas ou as Extraordinárias Evocativas, agora falha-me o nome... pronto, essas Assembleias nós éramos da opinião que as mesmas devem existir, nós consideramos que devem existir, ao contrário de outros consideramos que devem existir. Se hoje todos consideram que devem existir, no passado, tiveram a oportunidade de as ter, de as marcar, de as promover e nunca o fizeram. Nunca foi feita cá uma Assembleia Evocativa do 25 de Abril e o 25 de Abril já vai comemorar 50 anos. Por isso, ainda bem que outros vêm ao encontro da população e veem nesta interligação com os cidadãos, para fazerem estas comemorações e estas sessões evocativas. Agora, nós achamos que elas devem ser voluntárias e não obrigatórias, porque o 25 de Abril, provavelmente, é uma data que a todos agrada ou agrada a quase todos, mas haverá outras que esta Assembleia possa vir a decidir, com esta ou com outra composição, que não sejam tão do agrado de todos. E obrigar toda a gente a participar numa Assembleia Evocativa, quando a falta dá lugar a uma falta, exatamente isso mesmo, sendo uma Assembleia extraordinária dá lugar a falta, com comunicação ao Ministério Público, caso não seja justificada. E nós achamos que não havia que justificar este tipo de falta. Por isso a existência das Assembleias Evocativas é positiva, a sua obrigatoriedade não nos parece positivo. E é verdade que muito se evoluiu e se avançou nesta proposta que hoje aqui nos apresentam, mas ainda há coisas que deveriam ter sido melhoradas? E houve, certamente, da nossa parte alguma incapacidade de demonstrar essa necessidade de se prolongar um pouco mais.

Há uma discussão que existia, uma discussão baseada num termo que, para nós, não nos parece assim tão inócuo quanto isso, mas quando no artigo 64.º, n.º 3 está escrito que “a votação se realiza por escrutínio secreto quando estejam em causa a apreciação do comportamento ou de qualidades de uma pessoa”. Esta é quase a redação da lei. Contudo, o que a lei diz é “as deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa”. Para nós o ‘envolvam’ é diferente do ‘que estejam em causa’. É um preciosismo? É sim, Senhor. Agora, se estávamos a elaborar um trabalho, porque é que não o concluímos. Se calhar, não tivemos a capacidade de explicar isto. Ou, provavelmente, nós, em termos lexicais, em termos de português, não percebemos ou não percebemos que as coisas são iguais. A mim, não consigo perceber isso.

E depois, existem outras coisas que são muito parecidas com aquilo que diz na lei, mas que depois em algum do seu clausulado é ligeiramente diferente. O artigo 23º é quase todo retirado da lei e o artigo 23º é a substituição dos elementos da Mesa nas suas falhas. Aquilo que diz o Regimento que vamos é que “na ausência do Senhor Presidente ou da maioria dos seus membros, os ausentes serão substituídos por indicação do líder municipal”. Mais um preciosismo da nossa parte. Achamos que devem ser eleitos e não indicados pelo líder, porque são situações que se podem perpetuar no tempo. Achamos que existem situações no nosso Regimento que poderiam ser melhoradas.

Nós tínhamos um Regimento que tinha 67 artigos, passámos para 92. Desses 92, 10 correspondem às Sessões Eventuais. Pelo menos 10 correspondem às recentes sessões eventuais. Sessões Eventuais que não estavam previstas, na sua essência. Estão previstas legalmente, está prevista que a Assembleia soberana, com plenário soberano, determine

comissões eventuais, mas, aqui, neste Regimento estão explícitas e diz assim, no seu artigo 4.º, no seu ponto 4 “As comissões eventuais, apoiadas pelo núcleo de apoio próprio ao funcionamento da Assembleia Municipal, podem requerer as informações que considerem necessárias aos serviços do município, solicitar o apoio de técnicos municipais, efetuar missões de informação e estudo e solicitar a participação nos seus trabalhos de qualquer pessoa ou entidade cuja colaboração entendam relevante”. Acho, achamos, que é provavelmente correto se tivéssemos um regime um pouco diferente, se a Câmara Municipal dependesse da Assembleia Municipal e que fosse, aqui, eleita a Câmara Municipal num regime sucedâneo àquilo que acontece com a Junta de Freguesia. Neste caso estamos a falar perante a constituição ou a criação de eventuais comissões de inquérito. Se tiverem que existir, existirão. Agora, é colocá-las em letra regimental. Nunca, até hoje, foi necessário a existência destas comissões.

Apesar da lei contemplar a expressão ‘moção de censura’, julgo ter sido acordado, eu não estive presente, o Movimento foi representado pelo Pedro Cristo, mas julgo ter sido acordado que a expressão censura não constaria. Acontece que, apesar de ter sido acordado entre os líderes que não constaria, ela neste momento consta no documento que nos foi proposto.

Há, como já disse, a existência de Assembleias Municipais que aproximem o eleitor do eleito são essenciais e somos favoráveis. Agora estamos a acrescentar, neste novo regimento, para além das duas Evocativas, mais uma que é o Debate do Estado do Município. E o Debate do Estado do Município tem um articulado também que nos parece que não foi cuidado e que alertámos para essas condições. É um debate que não tem qualquer preparação, uma vez que não obriga, a quem quer que seja, em enviar qualquer documentação para que nos possamos preparar. É um debate que, segundo o seu articulado, começa com a intervenção pelo Senhor Presidente da Assembleia, seguida de debate e competindo ao Senhor Presidente da Câmara o encerramento. Em suma tem faz o discurso do Estado Município é o Presidente da Assembleia Municipal. Meus amigos, é isso que está. É isso que vamos votar. É esta a proposta que lá está. Terei todo o gosto em que me expliquem se não é isso que lá está.

E mais... esta proposta também conflito com os direitos dos outros órgãos, quando aumenta os períodos de antecedência para envio da documentação, quando aumenta esse período, colide, diretamente, em termos legais, com aquilo que são os direitos do Executivo. Porque se se o executivo terá x dias, para entregar com antecedência de x dias, obrigá-lo a enviar com mais antecedência é um conflito entre aquilo que é a nossa intenção e aquilo que são os direitos de outros órgãos autárquicos.

Além disso, esta proposta não resolve um assunto que também não foi muito abordado, mas que poderíamos ter mais tempo para o fazer, que é a existência dos grupos municipais singulares. Uma vez que são atribuídas competências aos grupos municipais diferentes daquilo que são atribuídos aos elementos da Assembleia não inscritos, isto vai provocar uma desigualdade entre eleitores e eleitos. Os grupos de deputados não inscritos terão um tratamento diferenciado e menos positivo de que os grupos municipais singulares. É algo também pensamos que deveria de ser alvo de uma melhoria. A lei não prevê este tipo de grupos municipais, é uma criação nossa, que tem vantagens, percebo a intenção de beneficiar em termos de tempo, de dar algumas condições aos grupos municipais mais pequenos, mas o equilíbrio, depois, com este tipo de eleitos que podem existir em qualquer um dos partidos. Muitos dos partidos apresentam-se com “independente” à frente. E essa pessoa, no primeiro dia, quando tomar posse, pode não querer pertencer ao grupo no qual foi eleito. É um direito que lhe assiste. Não estamos a falar em retirar-se, em ter qualquer conflito com o grupo ou com a lista que o fez eleger. Não. Estamos a falar de alguém que entrou como independente e como independente se manterá na Assembleia. E, então, não é ‘não inscrito’. Terá menos direitos de que um elemento que seja eleito por um partido e que se constitua como grupo municipal. Os deputados que sejam eleitos em listas, não podem... ou pertencem à lista, ou pertencem ao grupo na qual fizeram parte da lista, ou não podem criar um grupo alternativo. Muito bem, muito bem, nada contra.

Era só para dizer que a solução de ok forma-se um grupo municipal singular só com este elemento que saiu de um determinado partido, não pode fazer, a legislação e o Regimento não o permitem.

Já vai longa, a minha intervenção. Em suma esta proposta não surge de uma qualquer dos grupos municipais de alterar, de transformarem o Regimento. Não cumpre os objetivos iniciais. Ficou aquém na discussão que achávamos, independentemente da evolução que foi feita, fica aquém daquilo que era a discussão que achamos que devia ter sido dada a este documento. E estávamos e estivemos disponíveis para o fazer. Não simplifica, antes pelo contrário, vem criar algumas situações. Lembro apenas que este Regimento revoga o anterior,

sem excecionar que o seu anexo das transmissões não é revogado. Porque se ele revoga, se este Regimento vai revogar o Regimento anterior, automaticamente vai revogar o anexo, o documento que tem anexo. E este documento não salvaguarda esta questão. Não há nenhuma salvaguarda do RGD previsto neste documento. Por isso ficámos aquém, faltam algumas coisinhas. E por isso achamos que não podemos votar favoravelmente este Regimento.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:03:40")

«Caro Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os respetivos Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa, cumprimento os restantes Vereadores de todos os partidos no Executivo. Caros membros. Espero que seja a última vez que digamos esta palavra "Membros da Assembleia Municipal" e passemos a ser Deputados Municipais. Porque as pessoas vêm para aqui dizer deputados, deputados, deputados, não somos. Nós somos membros da Assembleia Municipal. Com a aprovação deste Regimento passamos a ser Deputados Municipais que é completamente diferente, que é transpor da lei aquilo que está na lei. É um Regimento

Ter aqui transcrições... E Permitam-me, antes de mais, quero dar os parabéns ao Senhor Presidente da Mesa e respetivos Secretários que, com certeza, fizeram este trabalho com uma base legal por conhecimento de causa, nomeadamente do Primeiro Secretário, porque não estamos a falar de pessoas que não sabem o que fazem. Estamos a falar de pessoas que sabem o que fazem, principalmente o Primeiro Secretário, sabe o que é lei sabe o que é a transposição para um Regimento, qual é a hierarquia de um Regimento mediante a própria lei e não andamos aqui a brincar. Eu Não estou a defender ninguém. Eu estou a defender este Regimento. É uma atualização.

Transpor a lei para o Regimento é mau porquê? Não, não é mau. Vamos ter mais artigos? Não é mau, é para que não haja dúvidas. É que pesquisar a lei, ir à lei nem sempre temos tempo. O Regimento é um documento que todos os futuros deputados e atuais membros da Assembleia Municipal de Ílhavo têm acesso e naturalmente, em caso de dúvida, aqui está o trabalho feito. Quero dar os parabéns à Mesa. Quero dar os parabéns aos líderes que estiveram nas reuniões. Aos que não estiveram, que é o meu caso, depusitei e depusitei, como sempre total, confiança no líder de bancada do Partido Social Democrata, não só pela experiência, muitas vezes aqui usada de forma pouco, abordada, não é usada, é abordada de uma forma pouco, e aí, sim, censurável com que falam do líder da bancada do Partido Socialista, do líder da bancada do Partido Social Democrata e do próprio Chega, e o 'Unir Para Fazer' pode sempre fazer tudo, que é uma coisa incrível.

Se não houvesse partidos não havia democracia. Se não houvesse partidos não havia 25 de Abril. Aliás, o 25 de Abril trouxe à sociedade liberdade de pensamento os partidos e sim, o 25 de Abril é obrigatório. O dia em que me disserem que não é obrigatório festejar o 25 de Abril, aí eu vou dizer, eu censuro e qualifico de tentativa de implementação de uma ditadura. E estarei aqui para o dizer. E digo isto do fundo do meu Coração. O 25 de Abril é obrigatório. Gostaria, eu, de ver, a curto prazo, o 25 de Novembro também ser obrigatório. Estamos a festejar a democracia e a liberdade.

Sessões Evocativas não houve no passado... eh pá, é a vantagem dos perdidos, os partidos que até vão fazer 50 anos, o PS até já fez, o PSD, vai fazer, têm esta capacidade de renovação, de adaptação ao futuro. E é isto que eu acho que às vezes não cabe na cabeça das pessoas. Naturalmente, que há sociais-democratas no 'Unir Para Fazer' e socialistas, comunistas, provavelmente até do Chega. Nada me ofende, mas acho que quando nós falamos que não deve ser obrigatório o 25 de Abril, eu digo, eu que vou fazer 50 anos, o 25 de Abril é obrigatório.

Portanto, vamos aqui passar aqui ao que é importante. Quero dar os parabéns ao facto de neste Regimento desaparecer a Conferência de Líderes e passar a existir uma Comissão Permanente. Comissão permanente, ao abrigo da lei, e até da organização de sindicatos ou de outro tipo de instituições, tem um poder interventivo. E sim, a Comissão permanente, se entender, porque muitas vezes fala-se dos trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo e parece que só agora foram reconhecidos. Acho que nunca ninguém os tratou mal. Os trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo poderão ser convocados por uma comissão permanente, não precisam vir a uma Assembleia Municipal. Porque se há dúvidas nas próprias contas, se há dúvidas na atribuição dos concursos, seja de serviços, a própria Comissão Permanente pode questionar e pedir a colaboração dos trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo a esclarecer. Porque existe a vertente política e sim é o senhor Presidente da Câmara que responde ou Vereador delegado, e depois existe a parte técnica que qualquer membro da Comissão Permanente pode solicitar. Não quer dizer que estejam presentes, até

pode ser por escrito ou qualquer coisa. Não é obrigatório, mas fica bem, porque se há dúvidas é porque as pessoas também as colocam.

A Proteção de dados também já é lei, portanto, se é lei não é obrigatório estar no Regimento. Portanto, não me choca nada que não esteja aqui a proteção de dados, porque nós assinámos, nós aceitámos, quem vem do público já sabe e é ao abrigo da proteção de dados. E também, se calhar, alguns deviam usar o direito ao esquecimento. Esquecem-se de usar esse direito. Eu às vezes uso quando recebo telefonemas chatos no telemóvel e eu digo que invoco o meu direito ao esquecimento para que não me incomodem mais, nomeadamente quando estou a trabalhar

Para concluir. Naturalmente, a Secção 3 que é “Garantias de imparcialidade, conflito de interesses e proibição específicas”. Está aqui aquilo até onde podemos ir, o que podemos fazer e mostrar às pessoas. isto até está na Lei, se formos rigorosos, mas nós também temos a sensibilidade e sabemos que está aqui, está claro. Podia estar melhor? Podia ser um Regimento melhor? Talvez, mas não seria a mesma coisa se não o aprovássemos. Portanto, acho que estamos a melhorar. Ao fim de dois anos, estamos a melhorar.

Não quer dizer que, daqui a um ano, não possamos melhorar. Mas vir para aqui dizer... a moção de censura existe na Assembleia da República. Qual é o problema na Assembleia Municipal? Quer dizer, eu não percebo. Umas coisas dá na Assembleia da República, outras coisas na Assembleia Municipal querem vedar a moção de censura, e depois querem vedar a obrigatoriedade do 25 de Abril que nos trouxe até aqui. Não, não, obrigatoriedade. A obrigatoriedade. Disse que não aceitava a obrigatoriedade da evocação do 25 de Abril, está escrito, está analisado, pode fazer o *forward* da imagem.

E por aqui me fico, meu caro Presidente, com os meus parabéns. Sei que se algum dia tiver alguma dúvida, tenho a liberdade de pensamento de expor à mesa, e sinto-me representada pelo Flor Agostinho, porque o Flor Agostinho também nos ouviu a nós. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:11:56”)

«Muito obrigado, Margarida. Flor Agostinho, por favor. Prescinde? Muito bem.

Concluídas todas as intervenções coloco à votação o ponto 2 da ordem do dia, “Segunda proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Muito bem, a proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo foi aprovada por maioria, com zero votos contra, 8 abstenções do ‘Unir Para Fazer’ e 17 votos a favor do PSD, do PS e do Chega. Muito obrigado.»

Ponto 3. Proposta de Adjudicação e aprovação de minuta de contrato de “Aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação Legal de Contas”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:12:52”)

Vamos passar ao ponto 3 proposta de adjudicação e aprovação de minuta de contrato de aquisição de serviços de auditoria e certificação legal de contas e começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:13:06”)

«Muito boa noite ao Senhor Presidente da Assembleia. Todas as pessoas que estão nesta Assembleia, aos Deputados Municipais. Cumprimento também quem possa estar em casa, ao Público e os colegas do Executivo que me acompanham nesta Assembleia.

Pedindo desculpa, desde já, pelo atraso, mas tive outros compromissos.

Bem, permitam-me só fazer uma nota sobre aquilo que assisti aqui. Eu pensei que tudo estaria pronto e que não ia assistir a isto, mas também não conheci o Regimento apresentado pelo Presidente da Assembleia. Mas também, se calhar, não lhe cabia fazê-lo nem a mim nem à Assembleia, nem quem está lá em casa, porque deveríamos ter tido esse enquadramento. Lamento, mas já passou e tudo bem.

Quanto ao 25 de Abril, não vou comentar sobre isso, porque temos inúmeras comemorações já feitas sobre os 50 anos do 25 de Abril, que dissemos que os começávamos a comemorar no dia 25. Ainda não vi a Margarida em nenhuma delas, mas pode ser que ainda venha algumas e, portanto, faça essa vivência mais ativa dentro do nosso município e isso é bom.

Bem, respeitando muito também a Assembleia, não falando muito mais sobre este assunto, mas dizendo telegraficamente aquilo que tinha a dizer, acho que também aquilo que é fazer história no Município de Ílhavo, como foi dito por nós, está mesmo a ser feita, porque não conseguimos fazê-la antes de outra forma, nem de maneira igual à que estamos a fazer agora e, portanto, dou aqui, mais uma vez o testemunho ao povo que votou em nós, 'Unir Para Fazer' esta conquista de mudança a todos os níveis que se está a comprovar. Por isso. Até a união de partidos...»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:14':49")

«Senhor Presidente, eu peço que se centre no ponto 3, "Proposta de adjudicação e aprovação de minuta de contrato de aquisição de serviços de auditoria e certificação legal de contas". Obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:15':00")

«Está tudo dito. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:15':06")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então abrir as inscrições? Primeiro o PS, alguém se inscreve? Do 'Unir', alguém se inscreve? Mias ninguém?

Muito bem, Senhor Presidente, quer dizer mais alguma coisa? Não.

Abro uma segunda ronda de inscrições. Temos o Luís Leitão. Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:15':52")

«Boa noite a todos. Eu queria só manifestar o meu desagrado pela forma como foi apresentado este ponto. Acho que devemos e merecemos o respeito, independentemente da forma como foi interrompido pelo seu devaneio introdutório, mas acho que merecemos a introdução por parte da Câmara para discutir este ponto que vimos aqui votar, porque senão vou-lhe fazer da mesma maneira, vou ignorar e vou deixar passar o motivo que cá nos trouxe.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:16':26")

«Obrigado, Luís Leitão. Senhor Presidente por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:146:32")

«Muito obrigado, Senhor Presidente e senhor Membro e Deputado do Partido Socialista, Luís Leitão. A proposta, se teve o cuidado também de a ler, é a autorização de despesa plurianual relativamente a estes seguros, tanto do ramo automóvel, como de seguro de acidentes pessoais e que, neste momento, já estamos a ver o acréscimo de valores que podemos sofrer ao longo... Peço desculpa, mas estaria preparado para responder às duas e, portanto, não tenho problema nenhum em retificar também o meu erro.

Relativamente a esta situação da aquisição do contrato, o que se passa aqui é que a PALM está connosco desde 2014 e esta prestação de serviços tem-se revestido de especial importância para a correção de todo o exercício contabilístico, e não só. E as referências que têm sido feitas têm vindo a melhorar também o comportamento interno e, portanto, achamos que esta subida de 6%, mais ou menos, àquilo que é o contrato que venceu agora, é uma aceitação razoável deste processo.

Estamos também contentes com a prestação daqueles que trabalham connosco através da PALM, o Doutor Hélder e toda a equipa que vem cá.

E, portanto, é isto que trazemos à Assembleia. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18':30")

«Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 3 da ordem do dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. A proposta de “aprovação da minuta de contrato de aquisição de serviços de auditoria e certificação legal de contas” foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 4. Proposta de autorização de despesa plurianual para “Prestação de Serviços de Seguros 2024/2025”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:47”)

«Passemos então ao ponto 4, “Proposta de autorização de despesa plurianual para prestação de serviços de seguros 2024-2025”. Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:18:58”)

«Muito obrigado. Senhor Presidente Não me vou repetir. Portanto, já justifiquei no ponto anterior. Portanto, o que se passa aqui é uma retrospectiva daquilo que será o futuro da evolução também dos custos destes tipos de contratos que a Câmara tem e, portanto, que terminam a 31 de janeiro de 2024.

Portanto, é um novo procedimento que vai ser aberto e é natural que também a Câmara continua de olho naquilo que é o acordo quadro da CIRA para estas matérias, se não for por aí, portanto, irá por outra base legal. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:31”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir a primeira ronda de inscrições. Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:19:57”)

«Obrigado, Senhor Presidente pelas explicações. Eu gostava só de fazer uma pergunta ao Executivo que tem a ver com este ponto e até mesmo com outros, nomeadamente o anterior. Que tem a ver com os critérios que segue a Câmara para efetuar consultas para a contratação desses serviços. Por exemplo, no caso de uma empresa de revisores de contas, se levam em conta contactar alguma das empresas existentes no Concelho. Porque é que se contratam ou porque é que só se contactam empresas externas ao Concelho, não tendo em conta ou esquecendo que, localmente, existem profissionais que pagam aqui os seus impostos e que nunca são consultados? Esta pergunta teve ocasião também de a fazer ao mandato anterior.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:20:50”)

«Obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:21:26”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente ao primeiro processo, portanto, senhor deputado Luís Leitão, nós estamos a falar aqui de um processo de ajuste direto. Portanto, não tem comparação com este projeto, são duas coisas distintas.

Portanto, aquilo que nós agora partilhamos é, numa pool de fornecedores, ver quem é corretora ou outra empresa que possa participar deste concurso. Portanto, o que estamos aqui é na fase 1. Ali, já estamos no ajuste. Está bem? Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:21:58”)

«Obrigado, Senhor Presidente. Não sei se alguém quer usar a palavra numa segunda ronda. Portanto, temos o Flor Agostinho e o Sérgio Louro. Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:22':25")

«Eu só venho aqui para reconhecer o que disse o Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara tem toda a razão. No processo anterior tínhamos uma verba inferior a 20 mil euros e, como tal, o Senhor Presidente tem todo o direito de fazer uma consulta prévia a uma só empresa, um ajuste direto a uma só empresa. E fê-lo muito bem. Portanto, é inferior a 20 mil euros, está a fazer um ajuste direto. O que nós sabemos é que o Leitão, sistematicamente, põe a questão do porquê desta empresa. Eu reconheço que não é fácil mudar de empresas de auditoria porque há hábitos, há procedimentos, há processos que já estão normalizados e já estão a funcionar na Câmara. E alterar para uma empresa nova, que vem conhecer uma nova realidade, isto é recomeçar tudo de princípio, para os funcionários e para a própria empresa. Eu já passei por isso, sei o que isso é. E não é fácil. E se a empresa se tem portado bem, felizmente penso que sim, é a conclusão que nós tiramos sempre em março, que as contas são auditadas, estão revistas, em princípio têm sido assinalados alguns reparos, e o Luís Leitão sabe perfeitamente quais são, mas que são legais. O que estamos, agora, aqui, neste quarto ponto, a discutir é outra coisa. O que nós estamos a conceder é a autorização à Câmara para fazer uma aquisição plurianual. Eu não estou a autorizar nenhum procedimento, atenção, que fique bem claro. O PSD não veio aqui autorizar o concurso público que está subjacente a este processo. O que nós viemos autorizar foi que pode fazer uma aquisição plurianual, ou seja, durante 2 anos. Porque se nós fizéssemos as contas, se a estes 2 anos, acrescentássemos um terceiro ano, o montante ultrapassava os 950 mil euros e todo este processo estaria sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas. O que eu autorizo é a despesa plurianual. Não estou a autorizar o procedimento porque senão teria de votar de outra maneira.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:25':10")

«Boa noite a todos presentes e aos que nos acompanham lá em casa, pelas plataformas digitais. O comentário que o colega Luís Leitão fez acho que é bastante pertinente. E não me apercebi que o Senhor Presidente tenha respondido. E, portanto, eu também estou curioso e também gostaria, tal como o colega Luís Leitão, ver, dentro da medida do possível, é claro, mais empresas locais a fazer serviço, prestar serviços que têm sido, até aqui, prestados por empresas fora do Concelho. Assim, é uma forma de protegermos também a nossa economia local. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:25':59")

«Obrigado, Sérgio. Senhor Presidente, agora sim, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:26':03")

«Bem, eu acho que, com algum rigor, a Câmara tem feito as suas opções e, portanto, não podemos utilizar alguma terminologia que os senhores deputados já usaram nas nossas posições de decisão, porque isso é proibitivo, até, nós utilizamos essa questão, se A é melhor que B, ou que C, ou que D, ou se K fazia ainda melhor porque está aqui à porta e o preço seria diferente. Não vou julgar isso. Dou só aqui esta opinião ao membro Flor Agostinho. Realmente, o que está aqui é a autorização da despesa plurianual, mas eu respondi aquilo em detrimento daquilo que é um contrato acima dos 20 mil euros. E depois, explico as outras questões todas. Temos 75 mil euros também como barreira e depois por aí adiante. Mas a questão aqui fundamental, que nós estamos a trazer, é a possibilidade da proposta de autorização de despesa plurianual, porque este contrato vai ultrapassar o ano em que nós já aprovámos as contas. E, portanto, é isto que estamos a fazer, unicamente. Por isso é que vem expresso o valor total daquilo que estamos a orçamentar e de custo. É evidente que nas nossas opções vamos sempre qualidade, preço naquilo que é a oferta que nos vão aparecer. E, portanto, vamos consultar a base de empresas que estejam no mercado nacional para este procedimento. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27':26")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, coloco à votação ponto 4 da ordem do dia.»

Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta de autorização de despesa plurianual para prestação de serviços de seguros, 2024-2025 foi aprovada por unanimidade.»

Ponto 5. 3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2023.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':34")

«Passamos ao ponto 5, “3.º relatório de execução dos protocolos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, 2023”. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:28':03")

«Senhor Presidente, penso que este assunto vem só para conhecimento. No entanto, se houver alguma posição dos senhores Deputados em termos de melhoria ou alguma coisa que queiram rever ou observar nestes relatórios, pois estamos disponíveis para receber essas informações. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:28':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir a primeira ronda de intervenções. Temos o José Arvins, o Luís Diamantino, o Augusto Rocha e o João Braga. Muito bem. Vamos começar pelo José Arvins, por favor.»

José Arvins, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: (01:29':18")

«Boa noite. Em nome do senhor Presidente da Mesa da Assembleia cumprimento todos os membros desta Assembleia. O público e quem nos assiste lá em casa.

Eu venho aqui por uma coisa muito simples, mas que, de facto, carece ser elucidada.

Nesta proposta de deliberação que o Executivo faz, no ponto em que fala dos relatórios recebidos, temos a informar o seguinte: Ponto 3. Junta da Freguesia da Gafanha da Nazaré, alínea d), não indica nenhuma via intervencionada no âmbito da aplicação de argamassas betuminosas a frio, fornecidas pelo Município de Ílhavo, pelo que se pressupõe que até, à data, nenhuma via foi intervencionada.

Ora, bem, eu, nesta primeira intervenção, vou me abster de dizer, realmente, e de fazer o historial deste processo. Espero que, sinceramente, o Senhor Presidente elucida esta Assembleia da verdadeira razão porque é que isso não aconteceu. É do seu conhecimento desde o dia 10 de fevereiro de 2022 que estamos à espera. E, portanto, nós temos um grande número de vias para colocar no relatório, mas sabe qual é o pressuposto para o colocarmos. Agora, espero que seja o Senhor Presidente a elucidar esta Assembleia.»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação: (01:31':16")

«Senhor Presidente. Senhores membros. Senhor Presidente da Câmara. Vereadores, público e público lá em casa. Boa noite a todos.

Eu tenho aqui só duas ou três notas relativamente às obras do contrato interadministrativo, o protocolo de apoio financeiro, como queiram chamar. Vamos mudando o nome, portanto, já estamos habituados a isso.

Relativamente ao grau de execução, isto são relatórios de setembro, relativamente ao grau de execução, à data, na qual faremos visita, até está agendada para amanhã com o Executivo da Câmara, está, praticamente, tudo executado. Pelo menos, em termos de valores, provavelmente, até quase todos ultrapassados. Resta-nos aqui dois ou três pormenores que dependem de fornecimentos de empresas externas, nomeadamente aqui da disponibilidade do calceteiro ir iniciar a calçada das obras preliminares, todas feitas em termos de investimento, que já lá está, da nossa parte. Se não for o valor que está aqui, que a Câmara nos vai dar, não deve falar muito. Portanto, depois o acréscimo do valor do empreiteiro será, certamente, quase na totalidade, suportado por nós. Portanto, se alguém tiver alguma dúvida relativamente à aplicação do contrato na Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, disponha. Amanhã, faremos uma análise com o Executivo da Câmara.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (01:31':16")

«Ora boa noite a todos. Eu vinha só fazer um outro esclarecimento.

Aqui, na proposta de deliberação que a Câmara nos traz, na alínea b) quando diz que apresenta o relatório, mas não integra as tabelas. No texto eu ainda não estou capaz de fazer isso, já consigo colocar as fotos, só falta agora colocar as tabelas. Acontece que as tabelas também constam no relatório, portanto, em anexo ou no texto o que interessa é que estão lá e de fácil interpretação, acho eu.

E depois também indica que na alínea d) que diz que indica previsão de despesas, mas com valores diferentes das tabelas. Eu fiz isso porque o valor que está nas tabelas é o valor que está no contrato, e, aqui, nesta alínea, eu já prevejo gastar mais, daí essa indicação. E depois disto, de 15 de setembro, eu tinha planeado um tipo de trabalho, até tinha comunicado ao Senhor Presidente que previa no dia 5 de outubro inaugurar o parque infantil, mas tive um colaborador que tirou férias em setembro e já me estragou os meus planos, foram súbitas. Já não foi possível terminar. Está quase pronto o parque infantil, falta mesmo lá a entrada, mesmo a rampa de descida, tudo o resto envolto já está pronto. Portanto, acredito que ainda o termine até ao final do ano. Acredito não, tenho a certeza que o faço até ao final do ano. Não sei se vai haver hipótese de inaugurar, ou não, mas até ao final do ano ficará concluído. Por outro lado, o mesmo colaborador, desde o início de novembro, que era a data que eu previa intervir na construção, melhoria e manutenção para colocação de contentores de RSU indiferenciados, o mesmo colaborador foi operado e não está ao serviço. Ainda por cima é o único colaborador encartado, e certamente não vou fazer nada, até o final de ano, neste ponto. Mas fica já o compromisso de fazer, no primeiro trimestre, assim que ele regressar.

Assim como eu, também neste relatório, menciono que terminei as minhas obras que estavam referidas em 2022, terminei este ano e com um investimento muito avultado, como vocês podem ver no relatório. Era só isto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:35':51")

«João Braga. Prescinde? Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:36':00")

«Senhor Presidente, eu não terei muito para dizer. Mesmo a pergunta que me fizeram, não, não carece de nenhuma resposta. Acho que carece de uma melhoria da informação no relatório, mas de qualquer maneira vou esperar pela segunda intervenção para ver o que se passa. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:36':17")

«Obrigado, Senhor Presidente. Abro a segunda ronda de intervenções. Do PSD, alguém se inscreve? Temos o José Arvins, temos o Augusto Rocha. Do 'Unir'? O João Braga. José Arvins, por favor.»

José Arvins, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: (01:36':57")

«Muito bem, Senhor Presidente, eu vou recordar-lhe o que é que se passou desde o dia 7 de fevereiro de 2022. Os senhores a quererem manter esta alínea, no relatório, é bom que alterem um pouco o texto da mesma. E então, deveriam pôr 'não indica nenhuma via intervencionada no âmbito de aplicação de argamassas betuminosas a frio, fornecidas pelo Município de Ílhavo, por motivo de ausência de resposta escrita do GAJNEF desde 10 de fevereiro de 2022, relativo ao processo do acidente, alegadamente, ocorrido em 30/1 na Via da Ria'. Nessa altura, em 7/2, o GAJNEF foi, de facto, muito solícito a sacudir a água do capote e a responsabilizar a Junta de Freguesia pelo acidente. E pasme-se, pela primeira vez depois de inúmeros e variados assuntos tratados entre as duas entidades, Câmara e Junta de Freguesia, nós recebemos uma carta registada da Câmara Municipal, de facto, a dar-nos a indicação que a responsabilidade era nossa. No entanto, e o Senhor Presidente deve-se recordar, porque, na altura, também era Presidente de Junta, esta foi uma prática que contrariou todos estes últimos anos. De facto, as Juntas de Freguesia faziam e fazem, por contrato interadministrativo, a manutenção das vias, de pequenos buracos, mas nunca assumiram os danos de responsabilidade civil. Além disso, se o GAJNEF queria ser tão rigoroso e isto é uma matéria de contrato interadministrativo, neste ano, quando isto

aconteceu, nós ainda não tínhamos assinado o contrato interadministrativo para o ano de 2022. Portanto, para todos os efeitos, a responsabilidade, logo aí, já não era nossa. A 9 de fevereiro, presencialmente, os dois Executivos reuniram e o Senhor Presidente reconheceu que esta não era uma prática normal. E solicitou-nos que o colocássemos por escrito por causa da situação poder ser tratada e retificada perante o GAJNEF. Nós envámos essa comunicação a 10/2/2022. Por ausência de resposta, a 18 de fevereiro tornámos a questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo sobre o assunto da ausência de resposta, e informámos que, enquanto não tivéssemos, portanto, por escrito, uma resposta do GAJNEF, e que a responsabilidade civil não fosse assumida pela Câmara Municipal de Ílhavo, não iríamos aceitar esta alínea em futuros contratos interadministrativos. Foi-nos dito, na altura, pelo senhor Presidente e pelo Senhor Vereador das Freguesias que o assunto estava resolvido e que se ia retornar a prática anterior. E que a carta estava a ser feita, de facto, pelo GAJNEF e que nos seria enviada. Nós, neste pressuposto, e no princípio de boa-fé, aceitámos, de facto incluir, no contrato interadministrativo a linha de intervenção no âmbito da aplicação de argamassas a frio nas vias. Acontece que, de facto, a Carta não chegou a Garcia. E, por isso, nós, já durante o ano de 2022, não indicámos nenhuma via nos relatórios. Em 24/03/2023, tornámos a solicitar ao Senhor Presidente da Câmara a tal comunicação do GAJNEF até porque estávamos a aproximar de uma nova negociação e celebração de um contrato interadministrativo. Novamente foi-nos dito que ia ser enviada. Informamos novamente que, enquanto não recebéssemos essa comunicação, iríamos manter a nossa posição de não indicar nenhuma via no relatório. Porque nós na altura fomos notificados com carta registada e, portanto, também seria de bom-tom recebermos essa comunicação por escrito, desse gabinete. Acontece que a Carta continua a não chegar a Garcia, não é? E isso é sinónimo de que não foi cumprido, eficazmente, a missão, apesar desta não ser difícil ou impossível.

Para terminar, Senhor Presidente, nós só entendemos esta alínea d), de facto, pelo facto, dos Senhores quererem objetivamente visar negativamente a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, até porque, pesar de não indicarmos nenhuma via intervencionada, o senhor sabe, ou se não sabe, então ainda precisa de afinar alguma coisa e de criar mais algum gabinete, não sei, mas como eu dizia, o senhor sabe que já levantámos, só este ano, mais de 20 toneladas de betuminoso. E, com certeza, isso não for para pôr em terrenos ou quintais de particulares. Foi sim, para pôr nas vias da Gafanha da Nazaré.

Chegue a Carta a Garcia e, de facto, teremos todo o gosto em fazer constar no relatório do contrato interadministrativo a indicação de todas as vias intervencionadas. São muitas. E quem sabe, com isso, também ajudarmos a que fica a conhecer um pouco melhor as ruas da Freguesia? Não chega a Carta a Garcia, por favor, façam constar: 'por incumprimento do GAJNEF, do senhor Presidente da Câmara, não são indicadas nenhuma vias intervencionadas'.

João Braga, Junta de Freguesia de São Salvador: (01:44':10")

«Muito boa noite a todos. Antes de mais, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e nele a Mesa. Cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e todo o executivo. Todos os Deputados. Todo o público lá em casa. Sintam-se todos cumprimentados.

Eu não podia deixar de vir aqui, pelo menos para dar um parecer relativamente à nossa Junta de Freguesia de São Salvador.

Muitas das coisas foram debatidas, ali, com os meus colegas, cada uns com os seus 'ques'. Mas pronto faz parte da vida.

Eu gostava de deixar aqui, simplesmente, uma palavra simples relativamente à responsabilidade que assumimos, no ano anterior, e continuamos a assumir, este ano, o diálogo que tem sido feito com esta Câmara Municipal, nomeadamente com o Senhor Vice-Presidente João Diogo.

Gostava também de dizer que, conforme o ano anterior, as nossas obras, apesar de serem desafiantes, este ano, e de alguma grandeza, nós estamos a cumprir os objetivos, e cada vez mais.

Temos o nosso parque canino praticamente concluído ou está mesmo concluído. Falta, simplesmente a sua abertura. A nossa obra na Légua, que é uma obra de grande dimensão que ultrapassa os 1.800m² de assentamento de passeio, também está praticamente concluída. Pensamos que até ao final do ano chegará bom porto e que aquela comunidade e a proximidade que temos com aquelas pessoas será uma realidade.

O nosso eco trilho da Gafanha da Boa Vista, também extremamente importante, foi das últimas peças que iniciámos, neste momento. Está em bom estado de adiantamento. Possivelmente, quase de certeza, no final do ano também estará pronto.

Relativamente a outros investimentos que fizemos, temos noção que, como o colega Augusto disse, muitas das vezes ultrapassámos o valor do contrato interadministrativo. Nós possivelmente também já ultrapassámos porque criámos novas valências que não estavam no programa e isso deixa-nos muito felizes, pelo menos em São Salvador e acredito que para esta comunidade.

Gostava também de deixar aqui um pormenor importante sobre o valor que nos é atribuído nos contratos interadministrativos, apesar de nós estarmos no ativo há 2 anos e qualquer coisa. Eu penso que este valor que a Câmara nos dá, pelo menos, a esta Junta de Freguesia tem a garra e continuará a operar com mão de obra e recursos humanos da Junta de Freguesia. Isso deixa-me muito contente e ao meu Executivo. É bom saber que as obras são feitas por nós e não estamos à espera de quem quer que seja para vir executar a obra. Muitas das vezes até nos sai mais barato. E esse mais barato, acabamos por o aplicar noutra local e, até, fazer investimento novo. Logicamente que isto também nunca na vida vai funcionar se não tivermos recursos humanos e temos a mais-valia de trabalharmos sempre para termos funcionários de excelência, com que possamos contar todos os dias e que nos façam estas obras avançar, porque temos a certeza que elas não são fáceis. E pronto, era esta a mensagem que eu gostava de deixar

Gostava de deixar ainda aqui um pormenor que já bati várias vezes e continuamos a discutir com as Juntas de Freguesia. Continuamos a tentar fazer contratos interadministrativos e, depois, andamos sempre a correr. Andamos sempre a correr porque o dinheiro vem tardio e nós queremos avançar com as obras. Acho que os meus colegas também padecem desse mal. Ficamos ali pendentes, pelo menos até maio. A Freguesia de São Salvador, nós negociámos no ano passado.

Vou dar aqui um exemplo. Em dezembro e em janeiro estávamos prontos para arrancar e muitas das vezes este atraso dificulta-nos muito e andamos aqui numa corrida contra o tempo para chegarmos ao fim do ano com o dinheiro, com o valor que nos é dado no terreno, que isso é o mais importante. E a Junta de Freguesia tem um equilíbrio orçamental bastante bom. Congratulamos por isso, vamos continuar a trabalhar, vamos continuar a investir e no outro dia, ouvi aqui, falarem do saldo de gerência da Câmara. A Junta de Freguesia também tem um saldo de gerência bom. Nós não sabemos é o que é que vai acontecer amanhã ou além e se vamos precisar, na realidade, desse valor para trabalhar obras mais desafiantes e com mais garra. Obviamente que isto tudo depende de quem tivermos ao nosso lado, dos recursos humanos e muitos parabéns, não a mim, mas a esses recursos humanos que todos os dias dão o melhor de si nesta Freguesia. Muito obrigado a todos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:48:53")

«Muito obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:48:57")

«Obrigado, Senhor Presidente.

Bem, estamos perante um relatório de execução. Mais uma vez são chamadas aqui reuniões e mais reuniões onde a Câmara, e não as pessoas em referência do organismo A ou B, ou do departamento A ou B deverão ser referenciadas, porque se não teríamos muito que falar. Mas eu acho que todos os Presidentes das Juntas têm percebido o que é que esta questão. E, portanto, relativamente a isto que o membro da Junta de Freguesia refere, fico um bocadinho baralhado, se entendo alguma coisa disto ou não entendo. Porque, no ponto E, a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo diz: 'indica não ter executado os trabalhos significativos no âmbito da aplicação de argamassas betuminosas a frio, fornecidas pelo Município de Ílhavo, informando que os remeterá no último relatório'. E temos o trabalho feito dos outros relatórios, que podemos comparar, todos nós, que esses documentos está presente nas nossas bibliotecas. Relativamente à Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, lista as vias intervencionadas no âmbito da aplicação de argamassas betuminosas a frio, fornecidas pelo Município de Ílhavo. Muito bem. A Gafanha da Nazaré não indica nenhuma via intervencionada no âmbito da aplicação de argamassas betuminosas a frio, fornecidas pelo Município, o que pressupõe que, até à data, nenhuma foi intervencionada. Portanto, se tivesse dito, 'eh pá, não temos executado trabalhos significativos, neste âmbito'... estava resolvido, não tinha aqui problema nenhum, nem percebo a intervenção. Relativamente ao ponto 5, encontra-se preenchido a lista das vias intervencionadas no âmbito da aplicação das argamassas betuminosas a frio fornecidas pelo Município, complementando com fotografias. Pronto, este foi o trabalho que as Juntas fizeram e que nos entregaram.

Portanto, nós fomos claros neste documento. Não sei se carece aqui de alguma coisa, se há alguma reação extemporânea, se é alguma indisposição ou alguma coisa que se passa, não sei. Aquilo que me parece é que temos que continuar com este trabalho, porque as 20 toneladas são significativas para nós e, portanto, é sinal que outras intervenções se podem pressupor a partir daí. Há algumas referências relativamente a isso, nomeadamente a Gafanha da Nazaré, que tenho tido o contato com o Senhor Presidente, pontualmente. Ainda hoje tivemos oportunidade de falar os dois sobre algumas matérias que o preocupam, e a mim, também, daquilo que é o relacionamento do nosso Vice-Presidente com as Freguesias. Agora, não precisamos de criatividade mais do que aquilo que está neste trabalho que é preciso fazer.

Agora, eu, eu desconhecer algumas coisas fico um bocadinho baralhado, também, com isso, porque eu tenho dúvidas que alguém conheça o território, como dizem os pescadores, tenho isto tudo na palma da minha mão. Mas pronto, há sempre os super-homens. Nós tivemos-lo aqui no festival do Leme, mas, coitado, ficou amarrado algumas vezes... e nem era esse, era o Homem-Aranha. Portanto, vamos andando com estas coisas e vamos percebendo.

Eu acho que há um longo caminho que tem que ser feito, por nós todos, naquilo que é a utilização dos dinheiros públicos e como é que os utilizamos e para que fins utilizamos. E aquilo que hoje ficou vincado, por exemplo, numa conversa que tive com o senhor Presidente da Junta é um problema grave que as Juntas estão a passar e nós, Câmara, tudo que é falta de recursos humanos para satisfazer as necessidades que nós precisamos todos os dias e, portanto, e não empurrando o problema para a frente, este é um problema muito presente de todos nós. E, portanto, um dos desafios grandes que hoje as Juntas têm é arranjar pessoal. Sobre as referências do passado, sobre aquilo que o Presidente da Junta de São Salvador, nos últimos 8 anos, possa ter feito, nomeadamente eu, João Campolargo, eu fico muito orgulhoso de utilizarem sempre essas referências, porque realmente marcou, pode não marcar mais, é evidente, pode não marcar mais, podemos ter aqui uma mudança de ciclo e se ela acontecer que venha gente bem melhor porque é o nosso município merece. Foi isso que eu também achei que merecia e, portanto, fiz o meu trabalho para que isso acontecesse. Espero que estas pessoas também tenham essa sorte e consigam mudar. E para mudar é preciso, se calhar, outro tipo de dedicação, outro tipo de informação e outro objetivo. E não andarmos só a levantar a crosta da ferida, porque senão ela nunca mais cicatriza. Portanto, enquanto andarmos assim não vamos ter uma cicatrização daquilo que se tem vindo a passar. E o que as pessoas querem mesmo é que nós tampone-mos esses buracos, que resolvamos esses problemas todos que acontecem, aquilo que são abates nas ruas que nós vamos fazendo intervenções e que vamos tentando melhorar também com inspeções e com avaliação daquilo que possam ser os problemas presentes e futuros. Aquilo que está e que foi iniciado, agora, daquilo que são as prioridades para a reposição normal das faixas de rodagem, com novas pavimentações, não na totalidade em algumas das situações, outras irão ser na totalidade. E que, no próximo orçamento, já aprovado, aqui, há uns dias, aqui, nesta Assembleia, portanto, 29 e 30, verificámos um reforço deste investimento também naquilo que possam ser a manutenção das nossas vias. É isso que nós pretendemos.

Portanto, eu não queria muito trabalho das Juntas, nesta área. Mas temos ainda outro problema que é toda a gente que trabalha no nosso município, relativamente às reparações de água e gás, nomeadamente de água, porque de gás espero que sejam poucas, mas aqueles que possam abrir novos ramais de alimentação deixam as estradas numa lástima. E, portanto, esse é um problema que nós não conseguimos combater. Hoje em dia temos tido um problema muito grande, temos falado com as entidades várias vezes, sabemos que as Juntas têm sido interventivas também com essas entidades. É a mesma coisa que já aqui falámos dos cabos que estão em todos os postes e que ficam pendurados e depois não é ninguém. Todos estes problemas não se conseguem resolver. Digo, sinceramente, por mais esforço que uma pessoa ponha nisto, não conseguimos e depois também não podemos ir lá puxá-los e arrancar o resto. Se calhar um cidadão pode fazê-lo. Se parar lá um carro da Câmara a fazer isso, ou o Senhor Presidente ou outra pessoa qualquer, é uma chatice, cai o Carmo e a Trindade. Portanto, eu acho que fica mais aqui uma nota para melhorarmos isto tudo. Esta melhoria tem que ser coletiva, não é só de uma entidade Câmara ou de uma entidade Junta. Só em conjunto, vamos conseguindo ter melhores resultados para vos transmitir, porque, afinal, os Deputados da Assembleia estão completamente esclarecidos sobre essa matéria porque nenhuma intervenção fizeram. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:55:46")

«Obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, está assim deliberado Tomar conhecimento do 3.º relatório de execução dos protocolos de apoio financeiro às juntas de freguesia 2023.»

Ponto 6. Compromissos plurianuais assumidos no 1º. Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:55:56")

«Passamos ao ponto 6, “Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no primeiro semestre de 2023 para alocação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços”. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:56:12")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Se houver algum esclarecimento a esta informação, pois prestá-lo-ei. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:56:15")

«Muito obrigado. Abro as inscrições. Muito bem, Pedro Cristo.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (01:56:34")

«Senhor Presidente. Isto é só um expediente para desejar a todos umas Boas Festas da parte do ‘Unir Para Fazer’. Que corra tudo bem e que 2024 seja uma boa disputa democrática entre todos nós, sempre com elevação, que é isso que a gente gostaria que acontecesse.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:56:53")

«Senhor Presidente, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:56:58")

«Senhor Presidente, eu peço desculpa, espero que também não me corte a palavra, mas uma vez para não lhe pedir, posteriormente, isso, mas penso que não vai haver mais nenhuma participação dos Deputados. Portanto, eu queria desejar a todos, àqueles que nos ouvem lá em casa, aqueles que acompanharam este ano de trabalho desta Assembleia, tentámos ter a melhor prestação e a melhor colaboração de todos aqueles que também que possam ter estado aqui, possam ter estado fora daqui, que nos indicaram algumas das melhorias que deviam de ser colocadas também nas nossas afirmações. Um agradecimento muito grande, desejando Boas Festas e um Próspero Ano Novo a todos. É isso que eu desejo e umas boas festas em família. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:56:15")

«Obrigado, Senhor Presidente. foi deliberado, então, Tomar conhecimento do mapa de compromissos plurianuais assumidos no primeiro semestre de 2023 para alocação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços.»

Conclusão
Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:57':55")

«Vamos pensar passar então à leitura da Ata em Minuta pelo nosso Primeiro Secretário.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (01:58':02")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (01:59':46")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:59':50")

«Muito bem. Muito obrigado, Senhor Primeiro Secretário. Resta-me então aproveitar esta oportunidade para vos agradecer, para vos desejar umas Boas Festas, um Feliz 2024. Cá estaremos à espera com saúde e com muita vontade. E não esquecendo que dia 3 de janeiro o ano começa já no dia 3 de janeiro com a nossa Assembleia Municipal Jovem. Boa noite a todos bom regresso a casa.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 23:02 do dia 11 de dezembro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Extraordinária de Dezembro, realizada a 11 de dezembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Extraordinária de Dezembro Reunião de 11DEZ2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFCN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente	Justificado	
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		
SUBSTITUIÇÕES			
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos			X
O presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha, é substituído por José António Falcão Ribeiro Arvins, Secretário da Junta de Freguesia.			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 11 de dezembro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo

Proposta A

Ponto 1



PROPOSTA

Designação de dois cidadãos eleitores para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ílhavo, para o triénio 2023-2026

No âmbito do previsto na alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, propõe-se a designação de Carolina Ramos Soares para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ílhavo, para o triénio 2023-2026, atenta a sua formação, conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.

Ílhavo, 11 de dezembro de 2023

Partido Social Democrata (PSD)

Proposta A



Proposta

No âmbito do ponto um Ordem do dia da Assembleia Municipal de Ílhavo reunida em sessão extraordinária a 11 de dezembro de 2023, que determina Ponto 1. "Designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ de Ílhavo, para o triénio 2023-2026" o grupo municipal do movimento de cidadãos eleitores Unir Para Fazer, propõe que seja designada a Senhora Maria José Sá Moniz, residente na Freguesia de S. Salvador - Ílhavo e Psicóloga de profissão.

Paços do Município, 11 de dezembro de 2023

O líder do grupo municipal Unir Para Fazer

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by several loops and a long horizontal stroke.

Apresento por URGÊNCIA
Proposta A

20231211

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia Municipal de
Ílhavo

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		505/2023	16/11/2023

Assunto: Designação, pela Assembleia Municipal, de dois cidadãos eleitores, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo – triénio 2023-2026

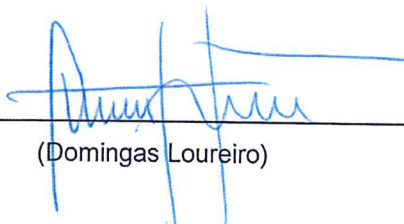
Exm0. Senhor Presidente

Na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Ílhavo, tendo em vista a recomposição da modalidade alargada desta Comissão para o triénio 2023-2026 e o cumprimento da alínea i), do artigo 17.º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, venho, por este meio, solicitar a V.ª Exa. a designação de dois cidadãos eleitores, para substituição da Maria de Fátima Soares Godinho, e Carlos Alberto Ribau da Silva, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada, despedimo-nos.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Comissão de
Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo



(Domingas Loureiro)

DL/DL

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo
(Edifício da Câmara Municipal)
Av. 25 de Abril – 3830-044 Ílhavo
cpcj@cm-ilhavo.pt
TELEF. 234329632 FAX 234329601



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZEMBRO (reunião de 11 de dezembro de 2023)

Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Extraordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 1. **"Designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ de Ílhavo, para o triénio 2023-2026"**. Foram eleitos, por unanimidade, as cidadãs eleitoras:
Carolina Ramos Soares e Maria José Sá Moniz.

Ponto 2. **2.ª proposta de alteração do regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.** O Regimento foi aprovado por **Maioria**, com 17 votos a favor, 8 abstenções e nenhum voto contra.

Ponto 3. **Proposta de Adjudicação e aprovação de minuta de contrato de "Aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação Legal de Contas"**.
Aprovado por **unanimidade**.

Ponto 4. **Proposta de autorização de despesa plurianual para "Prestação de Serviços de Seguros 2024/2025"**.
Aprovado por **unanimidade**.

Ponto 5. **3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2023.** Deliberado tomar conhecimento dos relatórios.

Ponto 6. **Compromissos plurianuais assumidos no 1.º Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços.** Deliberado tomar conhecimento dos mapas dos Compromisso Plurianuais.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 11 de dezembro de 2023, respeitante à Sessão Extraordinária de Dezembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2023.12.12 11:11:04+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos